

HABEAS CORPUS Nº 501.397 - PI (2019/0089464-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR E
OUTROS
ADVOGADOS : FRANCISCO WALTER DE AMORIM MENESES JUNIOR -
PI005641
ADINA KACIA ARAUJO DE ALMEIDA - PI012869
AUGUSTO MOURAO DA SILVA NETO - PI011771
VICTOR BITTENCOURT DA SILVA FILHO - PI015276
JULIANA LULA EULALIO MOURA - PI014717
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
PACIENTE : RAFAEL DOS SANTOS LEAL (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RAFAEL DOS SANTOS LEAL contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí no HC n.º 0701821-59.2019.8.18.0000.

Consta dos autos que o Paciente teve a custódia preventiva decretada, no dia 14/01/2019, pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 157, § 2.º, inciso II e § 2º-A, inciso I, do Código Penal e 2.º, § 2.º, da Lei n.º 12.850/2013, pois, juntamente com outros comparsas, em 10/12/2018, teria "[...] *participado do roubo praticado contra a distribuidora de eletrodomésticos VIA VAREJO-CASAS BAHIA, nos quais subtraíram centenas de aparelho telefônicos, televisores e demais utensílios domésticos*" (fl. 37).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 36-43).

Neste *writ*, o Impetrante alega, em síntese, a ilegalidade da custódia cautelar decretada em desfavor do Paciente, sob o argumento de falta de indícios concretos de autoria.

Aduz que não se encontram presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Sustenta que o Paciente possui condições pessoais favoráveis, bem como o cabimento da substituição da custódia por medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Defende, por fim, a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, pois

"[...] a imprescindibilidade do agente se verifica mediante a necessidade dos cuidados inerentes a sua filha recém-nascida, bem como a sua filha mais velha, uma vez que, ambas ficaram aos cuidados exclusivos da mãe lactante que se recupera do parto da filha recém-nascida" (fls. 18-19).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia cautelar. Subsidiariamente, pleiteia a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

De início, no tocante à tese de negativa de autoria dos fatos imputados ao Paciente, cuida-se de alegação cuja análise demandaria, necessariamente, um exame acurado do conjunto fático-probatório do processo criminal, incabível na via estreita do *habeas corpus*.

No mais, a concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

O acórdão atacado está assim fundamentado (fls.39-42):

"[...]"

A liberdade, não se pode olvidar, é a regra em nosso ordenamento constitucional, somente sendo possível sua mitigação em hipóteses estritamente necessárias. Contudo, a prisão de natureza cautelar não conflita com a presunção de inocência, quando devidamente fundamentada pelo juiz a sua necessidade, como é o caso dos autos.

O juiz monocrático assim fundamentou o decreto prisional:

(...) 'Com o aprofundamento das investigações e com base nas informações prestadas pelo motorista, a investigação chegou até CLEMINTON PEREIRA LIMA, que afirmou em seu interrogatório (fls. 86 a 88) que recebeu uma ligação de RAFAEL DOS SANTOS LEAL, informando que alguém lhe ligaria para que encomendasse um frete de caminhão.

(...) Conforme certidões, WANDERLAN FERREIRA DE MELO (FLS. 118 E 119), ARTHUR ALENCAR DO NASCIMENTO (FL 120), ABIMAE L PEREIRA DA SILVA (FLS. 121 A 124), CLEMINTON FERREIRA LIMA (FLS. 126), RAFAEL MACEDO ARAÚJO (FLS.127) E RAFAEL DOS SANTOS (FL. 128) possuem antecedentes criminais.

(...).

Nesse contexto, não há em se falar em ausência de

fundamentação no decisorio acima, isto porque, o magistrado de piso fundamenta o preenchimento do requisito de garantia da ordem pública, tendo em vista a possibilidade concreta de reiteração delitiva considerando o fato do paciente responder por outro crime de roubo.

Nesta trilha, a possibilidade concreta do paciente continuar delinquindo constitui motivo idôneo suficiente para a manutenção da prisão preventiva sob o argumento de assegurar a ordem pública.

[...]

Dessa forma, não procede a alegação do impetrante de ser a fundamentação exarada pelo magistrado inidônea, sendo possível a decretação da prisão preventiva com base em prática de ato infracional anterior e responder a outros processos, o que é o caso dos autos.

Sendo assim, após analisar os fundamentos indicados pelo juiz a quo, a fim de justificar a segregação cautelar do paciente, percebo que os fatos mencionados são compatíveis e legitimam a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, não havendo ilegalidade alguma a ser sanada nesta via excepcional, devendo ser mantido o decreto prisional proferido em desfavor do mesmo, visando assegurar a ordem pública, como bem frisou o magistrado na decisão (ID nº 346973), acautelando, dessa forma, o meio social e a própria credibilidade da justiça.

Por fim, cumpre esclarecer que condições pessoais favoráveis não constituem óbice a decretação da prisão preventiva quando presentes os fundamentos da custódia cautelar, bem como demonstrada a necessidade do cárcere a constrição provisória não ofende o princípio da presunção de inocência, em razão de seu caráter provisório."

Como se percebe, a decretação da prisão preventiva não se mostra desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada no **risco concreto de reiteração delitiva**, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública.

Assim, demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

Ademais, a existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não é apta a desconstituir a prisão processual, caso estejam presentes os requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a imposição da medida extrema, como verificado na hipótese.

A propósito:

"[...]

III - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Recurso ordinário em habeas corpus desprovido." (RHC 99.387/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 15/08/2018.)

Por fim, cumpre ressaltar que a matéria relativa à concessão de prisão domiciliar não foi apreciada pela Corte de origem. Nesse contexto, evidencia-se a incompetência desta Corte Superior de Justiça para apreciar originariamente a matéria, sob pena de incorrer em inadmissível supressão de instância.

A propósito:

"[...]

1. Inviável o conhecimento originário por este Superior Tribunal de tese não analisada pelo Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] 3. Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 98.019/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018; sem grifos no original.)

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente exame perfunctório e singular.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeira instância para que preste esclarecimentos acerca da tramitação do processo-crime e da prisão processual imposta ao Paciente, devendo, ainda, encaminhar a chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

